

A situação da democracia burguesa na Rússia *(fevereiro de 1906)*

A primeira crítica que se fará a este projeto é a de que ele é "a-histórico". Para uma peça de direito interno e constitucional moderno como esta, a afirmação é correta. Mas afinal, o que existe na Rússia de hoje que tenha bases "históricas"? Com exceção da Igreja e das comunidades camponesas, das quais ainda falaremos mais adiante, não existe mais nada de "histórico", a menos que se considere como tal o poder absoluto do czar, que vem do tempo dos tártaros.

Depois que desmoralizaram todas aquelas instituições "orgânicas" que caracterizavam a Rússia dos séculos XVII e XVIII, o poder do czar ficou suspenso no ar, com uma "liberdade" que também não tem nada de histórico. Em um país que há menos de um século ainda apresentava forte semelhança com a monarquia de Diocleciano mesmo nas mais "nacionais" de suas instituições, não se pode empreender uma reforma de orientação baseada na "his-

tória" e pretender que ela sobreviva. De todas as instituições da vida pública da Rússia, o *zemstvo* é a que apresenta maior vitalidade, é a que se encontra mais fortemente enraizada na opinião pública e que demonstrou maior eficiência. Ao mesmo tempo, o *zemstvo* é a instituição mais estranha em relação ao velho conceito moscovita de corporativismo, segundo o qual as tarefas eram divididas entre as corporações. Trata-se de um organismo autárquico que existe há somente 40 anos, e nesse tempo houve uma vez em que foi transformado em uma corporação estruturada em classes, exclusivamente para representar os proprietários de terras (inclusive os camponeses). É evidente que não tenho condições para avaliar suas realizações. Medi-las pelo estado em que se encontram as pontes e as estradas, como costumam fazer os viajantes da Europa Ocidental, não é possível nem na Rússia nem na América, pelas mesmas razões econômicas. Como todos sabem, na Rússia acredita-se muito mais no valor dos "sistemas" e das teorias genéricas do que na América do Norte, embora as administrações regionais americanas sejam o melhor termo de comparação com os *zemstvos*, as autarquias tenham firmes convicções sobre o valor fundamental da instituição do povo, e na maioria dos *zemstvos* o idealismo que leva a enfrentar sacrifícios financeiros para a consecução desses objetivos idealistas mereça o maior respeito e suas atividades certamente possam comparar-se ao comportamento dos representantes das corporações da Prússia Oriental em 1847.

Apesar de estarem agora mutilados, deve-se levar em conta a grande multiplicidade de atividades dos *zemstvos*, que vai desde a fundação de escolas populares, levantamentos estatísticos, assistência médica e veterinária, construção de estradas, recolhimento de impostos e ensino de Agronomia, e se estende até o importante (principalmente nas épocas de carestia) setor do abastecimento. Em vista disso, e dada a situação difícil em que se encontram, os *zemstvos* podem orgulhar-se de realizações que deveriam fazer emudecer os que falam da "imaturidade" dos russos no que tange à administração livre e autônoma.

Isso é o mínimo que podemos deduzir do material que temos à disposição aqui. Por isso é compreensível que o "governo central", se comparado com o *zemstvo*, se assemelhe a um parasita que só serve para manter a atual distribuição de poder político, e que, apesar de toda superioridade de sua "técnica" burocrática¹, quase não representa

¹ Cabe, contudo, acrescentar enfaticamente que, a despeito dessa avaliação do governo pré-1905, nenhuma observação imparcial permitiria conceber homens como Plehve como representações da pura maldade. Não se trata disso: é o próprio sistema a que esses homens serviam, com sua inexorável consequência, a prática racionalista de governo dessa burocracia "esciarçada", que os levava a rairosamente só ver na *intelligentzia* e nos corpos autárquicos "desleixo", "almoosia", "incompreensão", "egoísmo" e "sonhos utópicos", assim como as "frases vazias" da imprensa. Tudo isso como obstáculos e embaraços à união entre o benefício utilitarista vindo de cima para o povo, com o correspondente respeito à autoridade exigido pela "razão de Estado". É esse sistema, enfim, que tornava a vida "um inferno" e levava pacaros estudiosos a um frenesi de alegria diante da notícia do assassinato de Plehve. Para quem viu isso, basta de "crítica". Em termos *utilitaristas*, contudo, o balanço

outros interesses a não ser os econômico-políticos. Não é de estranhar, portanto, que esteja repleto da mais profunda desconfiança em relação a esse seu concorrente.

Essa é a razão por que o *zemstvo*, em todas as suas realizações, teve de lutar contra a sabotagem constante por parte da política estatal, de cuja força de coação dependia para a execução de suas resoluções. Assim mesmo alcançou seus objetivos, ainda que o ciúme do governo tenha levantado obstáculos cada vez mais sensíveis a seu trabalho, chegando a fazê-lo sistematicamente. Proibiu o aumento das verbas, especialmente as do setor escolar, optinou a organização caritativa do *zemstvo* para favorecer a Cruz Vermelha estatal, que se encontrava numa corrupção irremediável, e procurou encampar todo o abastecimento. Desta forma, o *zemstvo* foi reduzido a um instrumento inteiramente passivo para arrecadar os impostos

desse sistema revelaria átvos muito importantes, além de que também neste caso, como sempre, o caminho para aquele "inferno" ser revestido dos mais excelentes princípios, que se encontram todos registrados "nas atas". E quando, com base nessas atas, um historiador futuro escrever o relato desse *antien régime*, certamente este, a exemplo da moda atual com relação ao regime francês anterior a 1789 (inteiramente diferente, por certo) se apresentará sob as cores mais brilhantes e simpáticas — mesmo porque o historiador não teve que *lutar* nele. No interior da burocracia estatal, em especial nos postos inferiores, mas também nos superiores, defrontam-se visões políticas as mais diversas, até as mais radicais. Ocorre que há 25 anos a decisão da autoridade "competente" inclina-se de modo consistente para o lado dos interesses policiais. Nas condições atuais — e isto talvez seja o ponto decisivo para a crítica do sistema todo — um absolutismo "esclarecido" é impossível, pela simples razão de que é altamente provável que o regime *vigente* até agora tenha sido não "esclarecido" *quanto, sob as condições modernas, o absolutismo pode ser, tendo em vista sua preservação.*

exigidos pelo governo central e que seriam utilizados somente por ele. Além disso, o governo impediu que a constituição dos *zemstvos* se estendesse aos governos provinciais da Rússia Branca e da Ucrânia. Nos últimos dias de sua vida Plehwe ameaçou seriamente dissolvê-los totalmente, para substituí-los pela burocracia estatal.

O partido constitucional-democrata quer que se ponha em prática, sem nenhuma restrição, uma legislação eleitoral na qual o sufrágio satisfaça estas quatro exigências: seja universal, igualitário, direto e secreto. Apoiando esse projeto, o partido deixa à sua direita os outros grupos constitucionistas que defendem a restrição do direito de voto aos que têm propriedades ou que defendem as eleições indiretas, e também o grupo de "eslavófilos", liderados por Schipov, que se insurgem contra a burocracia estatal, propugnando uma representação popular eleita pelos *zemstvos* e que, além da função consultiva, teria também a incumbência de controlar as finanças. A exigência do sufrágio universal e direto constitui o ponto mais controverso do projeto. Para os democratas isto é consequência da falta de outros pontos de apoio na história do país, visto que o governo central já trabalhava há mais de 25 anos para lançar os *zemstvos* no descrédito. A isto acrescenta-se, hoje em dia, uma circunstância: a influência do capitalismo,

com seu poder de formar novas classes na sociedade. Fica assim impedido um defensor de reformas radicais de pronunciar-se com sinceridade total a favor de um direito eleitoral gradualista. A oposição mútua dos interesses económicos e o carácter classista do proletariado atacam os reformadores tipicamente burgueses pelas costas: tal é o destino do trabalho desses homens, aqui como em toda parte. Houve um tempo em que alguém poderia acreditar com sinceridade que uma votação em que somente os proprietários tivessem direito de voto poderia valer como representação autêntica dos que ainda não eram independentes: foi a época em que a predominância das corporações dava à massa dos trabalhadores ao menos uma chance teórica de se tornarem independentes.

Não é apenas por razões históricas que na Rússia é muito débil o crescimento de uma classe média de padrão europeu ocidental. Também ali o capitalismo já começou a exercer influência. Por isso, para um agitador reformista qualquer manifestação a favor de uma eleição discriminatória equivale a pretender formar um exército só de oficiais, sem soldados. Assim, torna-se evidente que, nas cidades, os trabalhadores jamais pensariam em concordar com isso. E na zona rural, por sua vez, principalmente nas regiões das comunidades rurais, não seria possível estabelecer um direito eleitoral discriminatório sem que isso desse lugar às maiores arbitrariedades: nas aldeias existe uma tradição "histórica", segundo a qual todos os

chefes de família possuem o mesmo direito de votar, sem discriminações entre proprietários e dependentes.

Ainda assim, mesmo um governo que até o presente momento tivesse sido autocrático poderia ter outorgado um direito eleitoral dentro de um esquema discriminatório (como, por exemplo, vinculando o direito de voto ao grau de cultura ou às posses dos eleitores), desde que o fizesse a tempo. Mas um partido reformista dificilmente tiraria outras consequências da situação além daquelas do projeto acima mencionado.

Esta é a razão realmente decisiva. Caso um partido tomasse esta atitude, o governo absolutista poderia aproveitar-se da primeira revolta da Duma [Parlamento russo] para lançar os trabalhadores contra ele, da mesma forma como o regime antigo agiu durante muitos anos para intimidar os proprietários suspeitos de liberalismo, ainda que com êxito apenas aparente. E, no momento em que o partido democrático concordasse com o direito eleitoral discriminatório, baseado no censo estatístico das propriedades — excluindo ou postergando ostensivamente a grande massa dos camponeses —, a reação passaria a contar com o apoio em bloco de todos eles. Pois o ódio das massas camponesas se volta justamente contra os proprietários que conseguem figurar no censo, contra os lafundários, contra os *kulaks* (camponeses que enriqueceram e minicapitalistas rurais) e contra o resto da "burguesia das aldeias". Em nenhuma hipótese os camponeses jogariam

sobre o czar a culpa da miséria em que viviam. A grande massa dos camponeses, que pelo censo seriam classificadas em último lugar, atrás até dos proletários das cidades, ficaria impedida de participar da Duma da mesma forma como não tem voz ativa agora, sob o poder dos funcionários do governo central. Imediatamente os representantes da nobreza reacionária e do funcionalismo estatal se encartegariam de espalhar intencionalmente a notícia de que os liberais pretendiam impedir que os camponeses participassem da Duma.

Essa política demagógica do governo se evidenciou da maneira mais gritante no projeto de Constituição da Duma, elaborado por Buligin. De acordo com as normas eleitorais promulgadas, a assembleia do manifesto de agosto teria poder consultivo na legislação e a função de controlar o orçamento. Para constituir essa assembleia, as normas eleitorais colocam de um lado 26 grandes cidades e, do outro, assembleias eleitorais de diversas regiões administrativas. Nestas últimas, os eleitores devem ser escolhidos em seu próprio meio, para evitar ao máximo as candidaturas de membros da *intelligentia*. Em cada região administrativa o eleitorado fica dividido em três classes: 1) a dos latifúndios; 2) a das cidades; 3) a dos camponeses. Existem diferenças de uma região para outra. Mas, enquanto as duas primeiras classes têm um direito eleitoral discriminatório e bastante plutocrático, do qual os trabalhadores estão totalmente excluídos, os eleitores delega-

dos pelos camponeses são eleitos pelas assembleias dos *voboi* [conjuntos de comunidades agrárias], as quais, por sua vez, se apóiam sobre a igualdade de direitos de todos os pais de família das aldeias. Em outras palavras, os únicos que não deverão sofrer discriminação serão os camponeses, analfábetos na maioria. Além disso, os eleitos pelos camponeses terão outro privilégio sobre as demais classes: o direito de nomear um deputado, tirado de suas fileiras, antes da eleição dos demais deputados que devem constituir a Duma, para participar da eleição destes últimos. Em outras palavras, os representantes dos camponeses têm um direito eleitoral com privilégios de classe para um mínimo de 51 deputados (esse é o número das regiões administrativas da Rússia Europeia) e, em relação aos restantes que sofrem as restrições do censo, constituem mais de dois terços do total dos eleitores.

O Manifesto de Outubro estabelecia uma "norma inabalável", segundo a qual nenhuma lei entraria em vigor sem o consentimento da Duma, e continha uma promessa genérica de que, na medida em que a brevidade do tempo o permitisse, o direito de voto seria estendido "às classes que até o momento se viam esbulhadas desse direito", e de que o "desenvolvimento ulterior" do "princípio do sufrágio universal" ficaria confiado à recém-criada ordem legislativa. Referindo-se ao projeto de que estamos tratando, Piotr Struve diz em seu prefácio que, depois de tudo isso, é tarde demais para se elaborar qualquer outro pro-

sobre o czar a culpa da miséria em que viviam. A grande massa dos camponeses, que pelo censo seriam classificadas em último lugar, atrás até dos proletários das cidades, ficaria impedida de participar da Duma da mesma forma como não tem voz ativa agora, sob o poder dos funcionários do governo central. Imediatamente os representantes da nobreza reacionária e do funcionalismo estatal se encaregariam de espalhar intencionalmente a notícia de que os liberais pretendiam impedir que os camponeses participassem da Duma.

Essa política demagógica do governo se evidenciou da maneira mais gritante no projeto de Constituição da Duma, elaborado por Bulygin. De acordo com as normas eleitorais promulgadas, a assembleia do manifesto de agosto teria poder consultivo na legislação e a função de controlar o orçamento. Para constituir essa assembleia, as normas eleitorais colocam de um lado 26 grandes cidades e, do outro, assembleias eleitorais de diversas regiões administrativas. Nestas últimas, os eleitores devem ser escolhidos em seu próprio meio, para evitar ao máximo as candidaturas de membros da *intelligentsia*. Em cada região administrativa o eleitorado fica dividido em três classes: 1) a dos latifúndios; 2) a das cidades; 3) a dos camponeses. Existem diferenças de uma região para outra. Mas, enquanto as duas primeiras classes têm um direito eleitoral discriminatório e bastantemente plutocrático, do qual os trabalhadores estão totalmente excluídos, os eleitores delega-

dos pelos camponeses são eleitos pelas assembleias dos *voblast* [conjuntos de comunidades agrárias], as quais, por sua vez, se apóiam sobre a igualdade de direitos de todos os pais de família das aldeias. Em outras palavras, os únicos que não deverão sofrer discriminação serão os camponeses, analfabetos na maioria. Além disso, os eleitos pelos camponeses terão outro privilégio sobre as demais classes: o direito de nomear um deputado, tirado de suas fileiras, antes da eleição dos demais deputados que devem constituir a Duma, para participar da eleição destes últimos. Em outras palavras, os representantes dos camponeses têm um direito eleitoral com privilégios de classe para um mínimo de 51 deputados (esse é o número das regiões administrativas da Rússia Européia) e, em relação aos restantes que sofrem as restrições do censo, constituem mais de dois terços do total dos eleitores.

O Manifesto de Outubro estabelecia uma "norma inabalável", segundo a qual nenhuma lei entraria em vigor sem o consentimento da Duma, e continha uma promessa genérica de que, na medida em que a brevidade do tempo o permitisse, o direito de voto seria estendido "às classes que até o momento se viam esbulhadas desse direito", e de que o "desenvolvimento ulterior" do "princípio do sufrágio universal" ficaria confiado à recém-criada ordem legislativa. Referindo-se ao projeto de que estamos tratando, Piotr Struve diz em seu prefácio que, depois de tudo isso, é tarde demais para se elaborar qualquer outro pro-

grama de lei eleitoral liberal. Afinal, a ideia dos direitos humanos e a exigência de uma "lei eleitoral em quatro degraus" foi o que uniu a *intelligentsia* radical e burguesa com os "proletaróides", entre os quais se encontrava uma parte dos revolucionários socialistas, formando assim a União Libertadora. E o único modo de evitar uma cisão da *intelligentsia* durante a luta era firmar-se de maneira absoluta nesses pontos. Por mais convictos que os democratas e social-democratas fossem, eles próprios seriam os primeiros a levantar dúvidas a respeito da oportunidade de reintroduzir essa lei eleitoral justamente nesse país e nesta época.

Os democratas russos não têm uma opinião uniforme sobre a questão essencial da previsão dos efeitos dessa lei eleitoral. Os receios mais fortes se originam do fato de que os *zemstvos* serão entregues na mão de analfabetos que não possuem a mínima instrução escolar, mesmo que a necessidade de conduzir os camponeses a uma representação mais forte seja um fator decisivo, pois que atualmente estão condenados a ser uma minoria sem influência alguma. Na realidade, a consequência imediata seria a burocratização total da administração dos *zemstvos*. Por mais que reconhecemos as notáveis realizações do funcionalismo dos *zemstvos* (o chamado "terceiro elemento") isto seria apenas o prenúncio de uma centralização, de acordo com o modelo francês. A "independência econômica" dos membros não-remunerados do *zemstvo* garantiria a independência do *zemstvo* em relação "aos de cima" e poderia

garantir-la também, dentro de nossa própria ordem econômica, em relação a um eventual governo parlamentarista, guiado pelo Partido do Centro — isso enquanto os camponeses estivessem presos ao comunismo agrário de suas comunidades.

As opiniões se dividem quando se trata de prever os efeitos de uma lei eleitoral universal e igualitária para a constituição da Duma. Conheço democratas russos que defendem o princípio "faça-se justiça ainda que pereça o mundo", mesmo que a "massa" rejeite todo e qualquer progresso cultural ou que o destrua por completo: "Nós temos de ver o que é justo, e teremos cumprido a nossa obrigação se lhe dermos o direito de voto e, com isso, temos transferido para eles a responsabilidade sobre seus próprios atos". E, sendo necessário, acrescentam: "Mesmo a pior das oclocracias [governo da ralé] não cometerá mais abusos do que os Cem Negros, contrariados pelos funcionários que se vêem ameaçados em sua posição. Seja como for, é preferível suportar uma escuridão cultural durante diversas gerações do que cometer uma injustiça política. E, no futuro, certamente o poder educativo do direito do voto acabará vencendo". Nessa espécie de ponto de vista oculta-se, ainda que inconscientemente, algo da fé que Soloviov tinha sobre a peculiaridade ético-religiosa da missão política atribuída ao povo russo. Aliás, foi um defensor daquela opinião que me chamou a atenção diretamente para isso. A rejeição absoluta da "ética do

êxito", inclusive no campo da política, significa que somente um mandamento ético incondicional pode ser considerado como guia para um modo positivo de agir, que a única possibilidade é a luta pelo direito ou uma "santa" renúncia aos interesses pessoais. Depois de feito aquilo que se reconheceu como "obrigação" positiva, e excluídos todos os valores que não sejam os valores éticos, volta a vigorar inconscientemente aquela frase bíblica que plasmou profundamente a alma não só de Tolstói, mas de todo o povo russo: "Não resista ao mal".

A alternância abrupta entre ativismo impetuoso e conformismo situacionista é consequência da recusa a reconhecer a existência de indivíduos indiferentes aos princípios éticos, ou pelo menos considerá-los como possivelmente "valiosos". E isto tanto se presta ao pan-moralismo da santidade de Soloviov como a uma democracia de orientação puramente ética. Entretanto, ao lado desses ideólogos extremistas encontramos outros, certamente mais numerosos, bem mais otimistas do que a maioria dos estrangeiros que procuram encontrar certo grau de honestidade nas intenções do atual regime em relação à Constituição, precisamente porque se nega a colocar um direito de voto aritmeticamente igualitário nas mãos da massa popular que ainda não possui formação política.

Em primeiro lugar, os russos alegam determinadas razões econômicas para dizer que a massa do povo, tendo o direito de voto nas mãos, necessariamente se encami-

nhará para os ideais da liberdade política e cultural. Mais adiante analisaremos devidamente essas razões, pois parecem muito importantes a alguns líderes democráticos. Seria bom que, ao mencionar de maneira genérica a função "educativa" do direito de voto, ao falar de direito eleitoral igualitário, procurassem basear-se em alguma premissa de evolução histórica normal. Só encontramos, porém, um argumento puramente político incluído na "justificação" do projeto: são as experiências feitas na Bulgária com a introdução do direito de voto universal, consideradas positivas pelo autor do projeto.

Abstraindo de outras coisas, esse argumento evidentemente subestima a diferença que existe entre um pequeno país (a Bulgária) e uma grande nação que forçosamente tem de participar da política mundial (a Rússia), e subestima ainda mais a diferença entre a posição tradicional do czar, consagrado pela religião e pela pátria, e a figura de um reininho importado ou emprestado do exterior.

De resto, devemos frisar expressamente que, nos demais pontos, o projeto de lei está bem longe de apresentar um aspecto "radical" em termos de direito público. Os autores têm razão ao rejeitar o palavreado em moda, que qualifica o parlamentarismo como "sistema ultrapassado". Mas, no conjunto, o projeto preserva cuidadosamente a posição do czar. Com exceção dos "juizes de paz", desco-nhece outras classes de funcionários eleitos e não adota a soberania do Parlamento conforme o modelo inglês, nem

tampouco o domínio da maioria parlamentar como o francês. Esse respeito pela posição do monarca faz com que os constitucional-democratas se situem à esquerda dos grupos radicais que, com exceção dos republicanos, consideram salvo o princípio da soberania do povo por meio da convocação de uma Constituinte e sustentam que o Parlamento deve definir de modo explícito o andamento da política. Para os constitucional-democratas, o argumento decisivo evidentemente não foi dado apenas por considerações peremptórias de realismo político, mas também pelo fato de que só o monarca pode representar com eficiência a unidade do Império, num momento em que se pretende conceder ampla autonomia a cada uma das nações que o compõe. Por respeitar a posição do czar, o projeto não podia também levar a efeito a separação total entre os poderes Executivo e Legislativo, conforme o modelo norte-americano.

Em compensação, tenta-se criar algo que, sob determinados aspectos, é realmente novo: trata-se do Supremo Tribunal, que se situa totalmente fora dos degraus comuns das instâncias judiciárias. Suas principais funções seriam as seguintes: 1) a cassação dos atos governamentais e dos veredictos contrários à Constituição oriundos de algumas das duas câmaras ou de alguma das mais altas autoridades constituídas, mesmo que se apoiem em leis formalmente corretas mas materialmente inconstitucionais, como quando favorecerem interesses de particulares.

É de se estranhar, porém, que os autores do projeto digam que essa função do Supremo Tribunal constitui uma cópia da Suprema Corte norte-americana — um engano que é ainda mais estranho quando se sabe da ampla divulgação da conhecida obra de James Bryce entre os russos; 2) o Supremo Tribunal teria também a função de examinar a validade e a legitimidade das eleições; 3) reforçado pelos juizes da Corte de Cassação, o Supremo Tribunal seria a instância para as eventuais queixas contra ministros de Estado, as quais teriam de ser encaminhadas por uma das duas câmaras. Esse tipo de acusação política é independente das ações que se podem mover contra qualquer funcionário perante os tribunais ordinários. A pena máxima que daí pode resultar é a deposição e uma declaração de inidoneidade para o exercício do cargo, válida por cinco anos. De acordo com o projeto de Constituição essa acusação poderia apoiar-se: a) em contravenção proposital à Constituição; b) em uma "infração grave contra os interesses do Estado", por abusos, por ir além da competência ou por negligência.

Fica bem claro, portanto, que este tipo de ação seria usado também para obter o "voto de desconfiança" parlamentar, por meio de um processo decisivo que se apoiaria em critérios "objetivos". Mas acontece que não é possível estabelecer com critérios "objetivos" quais sejam esses "interesses de Estado", porque forçosamente teriam de se apoiar em ideais e interesses, isto é, teriam de se apoiar

justamente nos "valores" que determinam as diferenças entre os diversos partidos sociais e políticos. Assim, o encargo estritamente formal de preservar a Constituição, por meio do pronunciamento de sentenças com fundamentação jurídica a respeito do que "é válido", ficaria depositado nas mesmas mãos que o encargo de transformar convicções políticas em leis que "deven valer" — uma idéia bastante preocupante. Os autores poderiam, sem dúvida, apelar para o fato de que, se pronunciarem sentenças formais na interpretação da Constituição, também se procede de maneira semelhante. Assim, por ocasião de uma controversa eleição presidencial, quando os juizes do Tribunal Federal norte-americano se pronunciaram a favor de Hyes, os votos se dividiram estritamente de acordo com a obediência partidária. Hoje em dia, ninguém duvida de que aquela sentença constituiu um crasso erro judiciário; no entanto, foi o quanto bastou para impedir a eclosão de uma guerra civil.

O segundo projeto de Constituição eliminou a instauração do Supremo Tribunal. E o congresso constituinte do Partido Constitucional-Democrata, ao tomar posição diante do Manifesto de Ounbro, contentou-se em determinar as responsabilidades dos ministros e o direito da Duma de discutir e estimular não só a legalidade mas também a utilidade de suas iniciativas.

O "individualismo" político dos "direitos humanos" que se desenvolveu na Europa Ocidental (e que é defendido de maneira conseqüente por Struve, por exemplo), se considerado como um "ideal", surgiu, em parte, de convicções religiosas que repeliam totalmente as autoridades humanas como sendo ímpias divinizações da mera criatura? O racionalismo atual já não permite de forma alguma que esse tipo de convicção ressurja de maneira maciça. Por outro lado, tratava-se de um produto originário de uma fé otimista, segundo a qual haveria uma harmonia natural entre os interesses de indivíduos livres. Essa suposição foi eliminada, de uma vez por todas, pelo capitalismo. Portanto, mesmo por motivos ideológicos, já não será possível reconstituir esses estágios evolutivos dentro da Rússia moderna.

O individualismo especificamente burguês já se encontra superado nas classes que têm "posses e cultura" e certamente não conseguirá reconquistar a pequena burguesia. O direito de sufrágio universal coloca o poder nas mãos das massas, e, conforme a intenção expressa dos liberais, é exatamente isto que deve acontecer.

² Veja-se o conhecido trabalho de Jellinek sobre os "direitos humanos e do cidadão"; meus trabalhos sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo; e a caracterização do protestantismo por Troeltsch. Há influência de Jellinek em Struve, que o cita com freqüência. O parentesco da ética econômica e política das seitas racionalistas russas com o puritanismo (no sentido lato do termo) não escapou a Leroy-Beaulieu e outros. Connard, no que range à parca numericamente mais importante, o chamado *razkol*, subsistem profundas diferenças na característica da "ascese intramundana".

Certos políticos de tendências democrático-burguesas criaram o programa da União Libertadora, que se resume nestes quatro itens: 1) garantia de liberdade individual; 2) Estado de direito, baseado no direito eleitoral de "quatro elementos"; 3) reforma social, conforme o exemplo da Europa Ocidental; 4) reforma agrária. Fazemos, então, nossa última pergunta: de onde surgirá o impulso que levará as massas a participarem de um movimento como esse, que vai muito além das exigências puramente materiais?

Caso venha a vigorar uma legislação eleitoral democrática, as chances da democracia burguesa seriam extremamente problemáticas, mesmo na opinião de seus adeptos, tanto no meio do operariado urbano, que vem sendo trabalhado pelos cristãos sociais e pelos partidários mais radicais do socialismo revolucionário, como dentro do grupo das "profissões liberais", não obstante o programa da democracia burguesa contenha todas as exigências dos reformadores sociais radicais da Europa Ocidental.

Por outro lado, no que se refere à pequena camada da "burguesia" propriamente dita, como os industriais (que são os velhos sustentáculos do nacionalismo, na expressão de von Schulze-Gaevernitz), ela se inclina bastante para o lado dos liberais, e uma parte até mesmo se aproxima dos democratas. Isto foi uma consequência natural da situação dos últimos anos, em que o governo de Plehwe procurava conquistar os trabalhadores e lançá-los contra a

intelligentsia. Lembremos que as "onze barracas", que constituíam o núcleo do movimento liderado por Gapon, tinham sido construídas às expensas do governo. Todavia, jamais encontraremos, dentre os nomes mais conhecidos da burguesia, um único alistado no Partido Constitucionalista-Democrata. Os burgueses haviam rejeitado o movimento dos *zemstvos*, e o programa antiprotecionista da União Libertadora não continha absolutamente nada que os pudesse atrair. Em assuntos de política social, a grande maioria de seus representantes certamente assumia uma atitude reacionária, até mesmo no ano de 1905, e nutria esperança de que houvesse uma repressão. Mas não havia uniformidade. Não são raros os requerimentos de industriais para a concessão de direito de coalizão. Politicamente, parece que muitos agora são adeptos do Partido da Lei e da Ordem ou pertencem à União de 17 de Outubro, que se assemelha muito a esse partido.

Seja como for, depois de algumas tristes experiências que tiveram, já não se pode dizer sem mais nem menos que os burgueses estejam à disposição do governo e da reação, contra os liberais. Em uma reunião da Associação dos Comerciantes e Industriais, em São Petersburgo, um representante do Partido da Lei e da Ordem tentou conseguir que eles se unissem ao governo na luta contra o Conselho dos Deputados dos Trabalhadores. Mas outros oradores rejeitaram energicamente essa proposta, dizendo que a "sociedade" teria de enfrentar essa luta sozinha. Se

a associação procurasse agora uma proteção junto ao governo, diziam eles, viria o tempo em que outros também acabariam encontrando proteção junto a esse mesmo governo, e com o mesmo êxito, para se voltarem contra a associação.

Por fim, a tendência mais impenetrável é a da pequena burguesia, cujas atitudes são muito difíceis de prever. Mas, por sua hostilidade aos judeus, é provável que a maioria de seus representantes se veja impedida de associar-se aos liberais — pelo menos é o que se pode concluir do fato de participarem fortemente do movimento dos Banidos Negros. Contudo, não devemos esquecer que nas cidades e em outras "localidades suspeitas", a actual organização de espionagem policial provoca uma dependência odiosa e sem limites, obrigando-os a se sujeitarem a subalternos corruptos e arbitrários. Em consequência disso, o protesto contra esse estado de coisas certamente será mais forte que quaisquer outras considerações nos próximos anos. Basta lembrar que a polícia exige que todos os edifícios tenham um zelador encarregado de controlar os moradores, impõe pesadas responsabilidades e despesas aos proprietários das residências, exige salvos-condutos em toda parte e executa deportações "administrativas", isto é, que fogem ao controle da lei. Os domicílios perderam toda a segurança, pois podem ser devassados a qualquer momento, de preferência durante a noite. Na realidade, é totalmente impossível manter um compromisso

duradouro com um sistema que necessita de recursos desse tipo.

Todavia, uma questão decisiva para o futuro do movimento constitucional-democrático e, o que é mais importante, para os itens do programa fundamental que esse movimento propugna, é e sempre será a posição que vier a ser assumida pelos camponeses. Isto é decisivo também para que possa haver uma "evolução" liberal, no sentido como a entendemos no oeste europeu. E continuará sendo decisivo mesmo que um direito eleitoral discriminatório garanta a maioria para os liberais, porque, se os camponeses forem reacionários, um governo reacionário sempre poderia usá-los como arma contra uma Duma que se mostrasse insubmissa.

Em consequência, o programa da democracia burguesa visa especialmente os camponeses. E Piotr Struve procura dar "personalidade" a eles, acostumando-os não só ao "Direito" no sentido objetivo da palavra, mas também "aos direitos", em sentido subjetivo, que para ele são os "direitos humanos" defendidos pelo individualismo ingles. Com grande insistência procura-se accentuar que a reforma agrária se encontra no centro de todas as questões, e que tanto as reformas políticas favorecem e têm de favorecer de maneira substancial a reforma agrária, quanto esta àquelas.

Isto evidentemente não quer dizer que os camponeses se tornam democratas. Sob este aspecto, Piotr Struve

e os autores do projeto confiam principalmente nos interesses econômicos dos camponeses, pois as exigências que fazem nesse sentido jamais poderiam ser satisfeitas por um governo reacionário. Pergunta-se, portanto, quais seriam realmente as exigências dos próprios camponeses, e quais das exigências dos democratas que propugnam a reforma agrária efetivamente correspondem aos interesses dos homens do campo.

A reunião dos *zemstvos*, realizada em fevereiro, já se havia ocupado com a questão agrária e, nessa ocasião, formulou o lema da complementação do direito dos camponeses à posse da terra (*nadial*). Esse termo tornou-se característico da reforma agrária liberal; mas todas as outras questões ficaram reservadas para uma discussão especial.

Em seguida, o programa da União Libertadora (março de 1905) levantou as seguintes exigências, bastante pedidas sob o ponto de vista de política agrária: 1) extinção do pagamento de alforria dos camponeses (entretantes, isto foi decretado pelo governo — com redução pela metade em 1906 e extinção total em 1907); 2) concessão de terras aos camponeses que não as têm ou que não as possuem em extensão suficiente, por meio da divisão das propriedades do Estado, dos apanágios, dos antigos feudos, e na falta desses, por desapropriação de terras pertencentes a particulares; 3) constituição de um fundo agrário estatal para promover uma colonização interna planejada; 4) reforma da lei que rege os arrendamentos, de maneira que

sejam asseguradas melhorias para os arrendatários e sejam estabelecidas arbitragens para “regularizar o pagamento das rendas de acordo com os interesses dos trabalhadores” e para dirimir contendas entre o arrendatário e o arrendador; 5) extensão da legislação trabalhista ao trabalhador rural “de acordo com as condições próprias e fundamentais da agricultura”.

A isto acrescentam ainda os seguintes itens do programa, nos quais se percebe uma nítida orientação fisiocrática: eliminação gradativa dos impostos indiretos e desenvolvimento da tributação direta com base no imposto de renda progressivo; extinção dos incentivos protecionistas concedidos a empresários, dando, ao mesmo tempo, forte proteção ao “desenvolvimento das forças produtivas do povo”. “A redução gradativa dos impostos — dizem — favorecerá tanto a melhoria da situação da agricultura como o florescimento da indústria”.

Ao analisar o projeto, Piotr Struve rejeitou a extinção total dos impostos indiretos, devido à importância que têm para o orçamento, e qualificou-a de “lapso de redação”. No entanto, parece que justamente este ponto é o mais aceito pelos camponeses que eventualmente seguiriam uma liderança liberal. Por exemplo: existe um requerimento, que não me parece forjado, feito por 56 camponeses “alfabetizados” e 84 analfabetos do distrito de Chertson, no qual se exige a isenção de impostos para o chá, o açúcar, as máquinas e os fósforos. Nos jornais e revistas podemos

encontrar muitas outras petições semelhantes, que sem dúvida são feitas pelos camponeses. É evidente que hoje, na Rússia, o imposto de renda progressivo não conseguira substituir, no valor financeiro, os impostos de consumo e os outros. Mesmo abstraindo dos pressupostos econômicos, faltam também as condições morais para introduzir uma tributação desse tipo, quando sabemos que nem mesmo nos Estados Unidos isto seria possível atualmente. Além disso, diante de um programa financeiro destes, permanece totalmente obscura a questão da obtenção de recursos financeiros para a realização das enormes reformas que estão sendo exigidas.

Os leitores alemães já devem ter notado que nenhuma dessas palavras faz lembrar o *mir*, instituição [de propriedade coletiva da terra] característica da legislação agrária da Rússia. Entretanto, a atual questão agrária evidentemente não surge apenas nas regiões em que existe a posse coletiva das terras [no sentido estrito de que o indivíduo não herda sua gleba da família mas a recebe, por repartição, da comunidade], ou seja, no centro e nas Terras Negras orientais, em especial na suas partes norte e nordeste. Pelo contrário: ela se estende por todo o imenso império, desde o mar Báltico até as estepes, e é tão candente em algumas regiões da Ucrânia como na região de Moscou. Mas é necessário notar que todos os problemas de política agrária da estirpe grã-russa, a qual está destinada à hegemonia, estão vinculados, direta ou indiretamen-

te, com as propriedades coletivas, e sua esfera de influência compreende tanto a massa compacta dos camponeses quanto as zonas principais do alastramento da miséria crônica das massas. A zona "ideal" para a expansão do sistema de propriedades coletivas é a totalidade do território. Há dezenas de anos toda a formação social e política dos partidos russos está vinculada da maneira mais estreita ao problema do futuro que aguarda o sistema do *mir*.

Isso ocupa a fantasia das massas da mesma forma como ocupa os sociólogos e políticos de todas as tendências e determina seus sentimentos muito além da medida de seu significado real e imediato. É precisamente isto que nos revela um dos motivos por que o programa dos liberais nada diz sobre esse assunto. Não subsiste dúvida alguma de que nisto reside uma concessão aos "eslavófilos" e "populistas", que se tornaram por um lado políticos liberais e, por outro, uma concessão aos socialistas, revolucionários sociais e reformadores agrários, que, por motivos opostos, não podem consentir um ataque aberto ao sistema de propriedades coletivas. Enquanto isso, os liberais que se restringem ao campo específico da Economia, mormente os desse tipo de individualistas que, como Struve, passaram por uma escola rigidamente marxista, têm necessariamente de combater como "utópica" a tentativa de tomar o *mir* como ponto de partida de sugestões para reformas de política agrária.

De resto, este silêncio se explica naturalmente pelo fato de que o tratamento legislativo desse problema, seja qual for a orientação que se venha a tomar, levaria pelo menos dez anos, e porque, para os políticos com objetivos práticos, há outros problemas de política agrária muito mais urgentes. De qualquer forma, o primeiro passo que for dado por uma política agrária mais aberta fatalmente deverá citar conflitos com o sistema das propriedades coletivas.

É também nesse ponto que se encontra a base da atitude de reserva dos democratas em relação ao problema: é totalmente impossível conquistar a massa dos camponeses para um programa agrário "individualista", no sentido europeu-ocidental. Não há dúvida de que, sendo mantido o sistema das propriedades coletivas, por mais que as redistribuições possam ser o produto de uma renhida luta de classes, não serão de forma alguma só os interesses econômicos das classes que haverão de influir, mas também certos conceitos de "direito natural", profundamente arraigados. É claro e certo que o entendimento exigido para uma redistribuição das terras não costuma ser estabelecido somente por pessoas que esperam conseguir melhorar uma situação pessoal ou que tenham sido tomadas submissas por meio de violências e boicotes. Por outro lado, também é certo que justamente a redistribuição das terras, a qual pa-

rece ser o elemento de política agrária democrática mais importante nessa constituição social, muitas vezes se encontra apenas no papel e não tem eficiência social e política alguma.

Os camponeses que dispõem de maiores recursos arrendam, alienam e transmitem suas terras em herança (dentro dos limites de sua circunscrição, bem entendido), confiando em que não haverá uma nova distribuição das terras. Ou então, agem de outra forma: mantêm os outros membros da comunidade na condição de devedores, podendo assim aproveitar as redistribuições para fortalecer ainda mais seu poder. Além disso, as redistribuições se referem às terras e não incluem animais nem recursos financeiros, podendo transformar-se em instrumento para a mais inescrupulosa exploração dos fracos. Mas, na medida em que sobe o valor das terras e crescem as discriminações, cresce também o radicalismo furioso das massas, como consequência da disparidade entre o direito e a realidade dos fatos. E aqui surge o fator decisivo: pelo que se pode prever, é evidente que esse radicalismo comunista só tenderá a aumentar fortemente sempre que melhorar a situação dos camponeses ou quando forem diminuídos os ônus que pesam sobre eles, ou ainda quando for aumentada a extensão das terras postas à disposição da comunidade. Nas regiões onde as obrigações que oneram os lotes superam a capacidade de produção (sabe-se que isto não é raro), a posse das terras ainda hoje é tida como compromisso ao qual todos os membros da aldeia procuram se subtrair.

Mas em todas as regiões onde a produção consegue superar o ônus sucede exatamente o contrário: as massas passam a pleitear a redistribuição das terras. Por isso as regiões mais férteis são justamente aquelas em que o povo forçosamente tem o maior interesse na redistribuição e onde os camponeses ricos têm o maior interesse em impedir-la. Assim, toda a diminuição de impostos e de outros ônus, como por exemplo a recente dispensa do pagamento das taxas de alfândega, virá necessariamente a aumentar a multidão de interesses comunistas e a luta social — isto caso o sistema de posse comunitária dos bens continue existindo. Podemos citar um exemplo elucidativo: em muitos casos, os camponeses alemães da Rússia só introduziram a posse comunitária das terras quando o governo lhes concedeu maiores áreas, e é muito fácil descobrir os motivos que os levaram a agir dessa forma. Falando de maneira genérica, o efeito da “complementação da *nadial*” (participação na distribuição das terras) certamente seria este: a fé no comunismo obterá um poderoso incremento. Pelo que podemos julgar como observadores externos, os socialistas revolucionários estão certos ao alimentarem essa esperança.

Contudo, hoje em dia os que se empenham sinceramente pela reforma agrária não podem de maneira alguma enjugar o programa da “complementação da *nadial*”. O Partido Constitucional-Democrata, ao elaborar seu programa agrário (itens 36-40), fixou-se nas exigências da União

Libertadora e do Congresso Rural dos Liberais, fazendo algumas concessões ainda mais amplas às obsessões dos socialistas revolucionários. Disso fazem parte três exigências: 1) a indenização a ser percebida pelos proprietários, cujas terras viessem a ser expropriadas, não deverá ser paga de acordo com a valorização do mercado, mas sim a um “preço justo” (item 36); 2) que haja uma garantia legal para se obter a renovação dos contratos de arrendamento e se faça valer o direito do arrendatário de obter indenizações pelas benfeitorias e, sobretudo, a criação de instâncias judiciais (conforme modelo irlandês) para a redução de taxas de arrendamento “desproporcionalmente elevadas” (item 39); 3) a criação de uma fiscalização agrícola para controlar a aplicação da legislação trabalhista, a qual deverá estender-se ao trabalho no campo. Os princípios segundo os quais os camponeses receberão as terras desapropriadas deverão ser estabelecidos de acordo com as peculiaridades próprias de cada região da Rússia no que tange ao uso ou à posse das terras, determinando-se quando a propriedade ou o uso serão individuais e quando serão coletivos.

No conjunto, a execução do programa de reforma agrária dos democratas burgueses viria dar, com toda certeza, um enorme impulso ao “espírito” do comunismo agrário e do socialismo revolucionário entre os camponeses. Hoje em dia este sentimento já é tão forte que já não seria possível conquistar a grande massa dos camponeses para

um programa individualista, como por exemplo aquele que foi defendido por Struve há algum tempo. A situação peculiar da Rússia parece, pois, consistir no fato de que ali a aceleração do processo evolutivo "capitalista", que inclui a valorização das terras e dos seus produtos, além de promover o crescimento do proletariado industrial e, portanto, também do socialismo "moderno", pode igualmente promover o crescimento do "velho" comunismo agrário. E as possibilidades de desenvolvimento no âmbito do "movimento intelectual" também são incertas. A névoa do *Narodnischestvo* [populismo], que ainda campeia nas manifestações da *intelligentsia* de todas as classes e de todos os programas políticos, será rompida sem dúvida — mas não se sabe o que surgirá em seu lugar.

Uma concepção tão objetiva das coisas como a tem o liberalismo reformista não poderia cativar o caráter "amplo" do espírito russo sem uma luta árdua. Nos meios da *intelligentsia* socialista-revolucionária esse radicalismo romântico tem ainda outra face. Apesar de todas as afirmações em contrário, suas características o aproximam bastante do "socialismo estatal" e é muito fácil passar desse campo para o campo autoritário e reacionário. Acontece com relativa frequência que estudantes extremamente radicais se "metamorfossem" rapidamente em funcionários extremamente autoritários. Isso é o que costumam nos contar alguns observadores que, mesmo sendo estrangeiros, merecem ser levados a sério. Supondo que isso ocorra

de fato, essas "metamorfoses" não precisam ser atribuídas à índole do povo, nem como ambição por maiores salários, porque o processo inverso também vem acontecendo com frequência nos últimos anos: a passagem repentina de convictos seguidores do racionalismo pragmático e burocrático de Plehve e Poliedonoshev para o campo do socialismo revolucionário mais extremista. Pois é justamente o racionalismo pragmático desse tipo³ que, ansiando por uma "ação" a serviço da norma absoluta de ética social, oscilando de cá para lá entre a ação "criativa" de "cima" ou de "baixo" e apoiando-se no fundo de ressonância ideal representado pelo comunismo agrário remanescente, descamba ora para um romantismo reacionário, ora para um romantismo revolucionário.

Afinal, qual será a atitude dos camponeses por ocasião das eleições? Evidentemente há diversos graus de intensidade na resistência dos camponeses face à influência dos funcionários e sacerdotes conservadores. A maior resistência não parece estar nas regiões mais pobres e sim no

³ Sobre a estreita proximidade entre o "pragmatismo da onipotência do Estado" e a ideologia dos "social-revolucionários", Max Weber chama a atenção (na página 316 da edição original do presente texto) sobre "o desenvolvimento *centralista-burocrático* que com demasiada facilidade se poderia dar na Rússia sob a influência de teóricos radicais". [Nota do editor da edição alemã, Johannes Winckelmann]

sul, nas aldeias do Cazaquistão e nos distritos de Tcheringov e Kursk — e é bastante compreensível que seja assim. Nessas regiões, bem como em outras mais industrializadas, os camponeses, por diversas vezes, tomaram as resoluções mais duras e subscreveram suas petições com milhares de assinaturas, não obstante a presença de fiscais da polícia governista e de prepostos da nobreza; lutaram para que fosse revogada a fiscalização burocrática e para que lhes fosse outorgada a eleição de representantes do povo que deveriam tratar diretamente com o czar, sem a interferência do funcionalismo remunerado que existe atualmente. (Aliás, esse conceito, que para eles é decisivo, não tem nada em comum com o parlamentarismo moderno). Em outras palavras, os camponeses querem que a burocracia autónoma desapareça, mas não nutrem o desejo de que seja substituída por outra, dirigida pelo Parlamento — e, neste ponto, os “eslavófilos” têm razão.

Atualmente, a força dessa correnteza antiburocrática não é nada desprezível. Não são raros os casos em que os camponeses rejeitam as resoluções situacionistas preparadas pelos burocratas para a assembléia de aldeia. Em outras ocasiões, aceitam-nas por causa da presença dos funcionários, mas posteriormente voltam atrás ou remetem de volta as publicações das associações reacionárias que lhes haviam sido enviadas. Mas é pouco provável que essa disposição de ânimo seja suficientemente forte para se impor contra a autoridade e a coação dos altos funcioná-

os por ocasião das eleições. A legislação eleitoral, mesmo a de 11 de dezembro, tenta eliminar toda a possibilidade de manifestações eleitorais livres. É verdade que essa lei autoriza a realização de reuniões de eleitores e de seus delegados para manterem conversações “preliminares” sobre os candidatos, sem a presença de membros da polícia. No entanto, o acesso a essas reuniões fica reservado aos eleitores do distrito e seus respectivos delegados (embora seja a polícia quem controla a entrada dos participantes). Além disso, por incrível que pareça, abre-se uma exceção nesta regra para o funcionário que deve presidir à eleição, mesmo que ele próprio não seja eleitor nem delegado eleitoral.

A par disto, preserva-se o princípio de que a eleição deve proceder “do próprio meio” ou, em outros termos, “dentre os que têm direito de participar”. A aplicação (efetiva) deste princípio nas eleições dos Estados Unidos faz com que o nível das legislaturas se torne bem mais baixo — o que, sem dúvida, é um dos objetivos dessa determinação. Nas cidades isto não passa de mera formalidade. Mas qualquer pessoa, e antes de todos os próprios camponeses, pode facilmente imaginar o que significa a fiscalização dos comícios na zona rural, uma vez que o principal objetivo dos camponeses consiste justamente em eliminar a fiscalização pelos funcionários do governo. É evidente que o governo se interessa tão-somente pelo efeito imediato de sua determinação e, assim, dá aos radicais o argu-

mento mais fácil e mais legítimo para uma agitação permanente. O mais provável é que, dessa forma, o governo consiga "visar" representantes camponeses de índole conservadora — mas todo lavrador saberá que ele próprio não está sendo representado, acrescentando assim mais um aos motivos do seu ódio à burocracia estatal.

Posto isto, ninguém pode prever qual será o resultado das votações dos camponeses para a instância legislativa da Duma. De maneira geral, ao considerar as atitudes dos camponeses, os observadores estrangeiros contam mais com uma composição extremamente reacionária da Duma, enquanto os russos, apesar de tudo, acreditam que ela possa vir a ser extremamente revolucionária. Todos podem ter razão e, o que é mais importante, as duas coisas poderiam levar ao mesmo resultado. Nas revoluções européias da Idade Moderna os camponeses geralmente passaram do radicalismo mais extremo que se possa imaginar para o desinteresse e até mesmo para a política reacionária, assim que viam satisfeitas suas exigências econômicas mais imediatas. Realmente, não existe dúvida alguma de que, se a autocracia, por meio de um ato total ou parcialmente violento, calar os camponeses concedendo-lhes terras, ou se, aproveitando-se da anarquia, eles próprios se apoderarem das terras, e estas, posteriormente lhes forem concedidas, a massa do povo dará tudo o mais por encerrado e se desinteressará totalmente da forma de governo.

Em relação a isto, o ponto de vista dos defensores da democracia burguesa — especialmente da democracia no estilo de Struve — é o seguinte: um governo reacionário simplesmente não pode satisfazer o desejo dos camponeses em relação à posse das terras, porque isso representaria a desapropriação dos bens não só da nobreza como também dos grão-duques e, finalmente, do próprio czar. Os interesses dos camponeses seriam incompatíveis com os interesses de sobrevivência destas forças. Ainda que os bens da casa imperial tenham uma enorme extensão, são irrelevantes se comparados com as propriedades dos latifundiários; e é justamente contra estes últimos que se volta o ódio dos camponeses.

E a democracia, pergunta-se então, acaso conseguiria satisfazer alguma das exigências dos camponeses? Struve naturalmente se manifestou com a maior energia contra o simples confisco das terras. Mas é claro que, do ponto de vista "burguês", aquela declaração contida no programa dos constitucional-democratas, segundo a qual os desapropriados não deverão receber a indenização de acordo com o valor venal das terras, supõe uma "confiscação". O princípio do "valor de produtividade", estabelecido pelos políticos alemães que defendem os interesses dos herdeiros da nobreza, recebe aqui uma interpretação revolucionária. E o príncipe Trubetsky temia que até mesmo a sugestão de Tchuprov levasse os nobres liberais para o partido de Schipov. A nobreza liberal constituiu uma carnada

muito heterogênea e, na expressão de um ministro de educação do czar Nicolau I, “vai desde os degraus do trono até as fileiras de camponeses”. Seja como for, tudo indica que nas atuais conjunturas uma parte da nobreza certamente não se negaria a ceder as suas terras. O príncipe Dolgorukov declarou em Moscou, no Congresso Agrário Liberal, que “seita preferível viver livremente em uma habitação rural sem a posse das terras do que, possuindo as terras, ser obrigado a viver preso numa fortaleza”. Contudo, o Congresso dos Empresários Rurais, realizado a portas fechadas em Moscou, em dezembro de 1905, exigiu repressão incondicional.

Uma coisa é certa: um governo que não quiser empregar a violência terá de pagar uma imensa fortuna pelas terras. É possível tornar produtivas vastas extensões colonizáveis que se encontram especialmente na região sudoeste e também noroeste daquele grande império — desde que sejam liberados os vultosos capitais necessários para irrigação e, na Sibéria, para desbravar as matas.

A dispensa dos pagamentos de alforria, a diminuição dos impostos que pesam sobre a agricultura, as verbas anuais que terão de ser postas à disposição da família imperial para substituir as rendas de suas propriedades, a diminuição das rendas das propriedades rurais do Estado, o capital necessário para os investimentos, tudo isso representa uma enorme queda de arrecadação e um fantástico aumento nas despesas. Resumindo: haverá problemas financeiros como nunca houve.

Finalmente, considerando que o simples aumento da disponibilidade de terras não basta para resolver o problema agrário, e que, caso essa medida seja adotada isoladamente, o “progresso técnico” poderá correr perigo, pois que seita necessário contar com uma grande decepção dos camponeses, mesmo depois de satisfeitas todas as exigências, e também que, no atual estado das coisas, os camponeses devem ser julgados mais como “objetos” da política agrária do que como seus “agentes” ou “sustentáculos”, deduzimos que o partido que deverá executar aquela reforma por meios legais não será invejado por ninguém.

Os caminhos da reforma social pelos quais se embrenham os democratas liberais russos são cheios de renúncias. Seja pela consciência do dever, seja pelas conclusões a que foram levados pelo comportamento demagógico do antigo regime, eles não têm outra escolha a não ser exigir o sufrágio universal. No entanto, os ideais que defendem provavelmente só poderiam ter influência política num sistema eleitoral semelhante ao dos *zemstvos*. Eles deverão forçosamente apoiar uma reforma agrária, a qual, ao que tudo indica, não virá promover um socialismo voluntário e “progressista” nos aspectos técnico e econômico, mas fortalecerá muitíssimo o comunismo essencialmente arcaico dos camponeses, tanto no sistema econômico que efetivamente estará em vigor como na mentalidade das massas. Os liberais estarão assim promovendo, não

uma seleção econômica dos mais eficientes do ponto de vista "empresarial" mas um nivelamento "ético" das oportunidades de vida. Por fim, contrariando as próprias convicções, eles estarão contribuindo para retardar o desenvolvimento da cultura individualista de estilo europeu-ocidental, cuja vitória final a maioria deles considera inevitável.

Os políticos alemães daquele tipo dos "satisfeitos", que jamais suportariam a idéia de não estarem do lado da "causa vencedora" e que andam com o peito inumescido pela convicção de serem realistas, sentirão apenas compaixão ao olharem para um movimento como este. Isto porque, além de tudo, os recursos do poder efetivo que os democratas liberais poderiam deter seriam muito pobres; e os extremistas partidários da revolução social sempre voltam a lembrar com ironia esse ponto. Com efeito, ninguém sabe onde estaríamos hoje se a autocracia não tivesse sido intimidada pela morte de Plehve e do grão-duque Sergei. O único recurso com o qual os liberais eventualmente poderiam contar deriva da circunstância de que os oficiais do exército não estariam dispostos a cumprir por muito tempo a função de carrascos contra as famílias de que eles próprios são originários. Por isso os liberais recomendam a tática de obstruir o caminho das tropas sem usar armas, ao invés de imitar os revolucionários sociais, que atacam os soldados oferecendo-lhes resistência armada e atacando-os com bombas. Essa tática deu resultado muitas vezes, mas é evidente que, frente a um comando

militar mais decidido, tudo isso tem seus limites, e o levante em Moscou contribuirá muito para a disciplina do exército.

Existe ainda outro instrumento de poder, especificamente "burguês", mas que não se encontra ao alcance dos liberais russos. Se o poder econômico estrangeiro não tivesse tomado uma atitude muito séria (não o disseram expressamente, mas não deixaram margem a dúvidas), a lei de 17 de outubro talvez nem tivesse sido promulgada, ou então teria sido revogada logo depois. O medo da irritação do povo, da sublevação das tropas e do enfraquecimento do regime autoritário devido à derrota sofrida no oeste, tudo isso só adquire influência real na medida em que venham unidos com a mão dura e fria das bolsas de valores e dos bancos, dos quais a autocracia depende totalmente. É nisso que se apoia a posição de políticos como Witte e Timiriassiev. Se o jornal democrata-social *Natichalo* ("O início") qualifica o conde Witte de "agente da Bolsa", naturalmente há algo objetivo por detrás desta suposição primitiva. Witte não tem qualquer espécie de convicção em questões constitucionais ou de administração interna. Ao menos é certo que suas declarações sobre este assunto são flagrantemente contraditórias. Além disso, ultimamente Witte habituou-se a desmentir como "mal-entendidos" as declarações que pessoas insuspeitas lhe atribuem, mesmo que se refiram a conversações não-confidenciais mantidas com os representantes dos partidos. Seus interesses voltaram-se nitidamente para a política econômica. Por exemplo:

costuma-se dizer a respeito de Witte que ele teve a "coragem" de arcar com o ódio igualmente forte da burocracia reacionária e da democracia revolucionária ao defender a propriedade privada dos camponeses, bem como atualmente enfrenta o ódio dos "eslavófilos" e o crescimento da antipatia do czar em relação à sua pessoa, por haver-se tornado "insubstituível". Não resta dúvida que seu pensamento é de orientação "capitalista", como ocorre também com os liberais da escola de Struve. Plehwe fez tentativas de governar a "burguesia", manipulando autoritariamente as massas. Witte, ao contrário, certamente gostaria de entender-se com as classes abastadas para enfrentar as massas. Na época atual ele, e talvez somente ele, está em condições de manter o crédito da Rússia e o valor de sua moeda, e é certo que dispõe do ânimo necessário para tanto. Sem dúvida, ele sabe muito bem que uma exigência incondicional para manter o crédito da Rússia no exterior é que ela se transforme em um Estado de direito com determinadas garantias constitucionais. É de se prever que, se Witte tiver possibilidade, certamente conduzirá a política interna por esse caminho, para não pôr em perigo o grande objetivo de sua vida, que é garantir a posição da Rússia como potência econômica. A isto soma-se evidentemente a convicção de que um regime que até certo ponto fosse "sinceramente" liberal poderia fortalecer a aliança com a França também no aspecto político. Mas esses motivos, que favorecem uma linha política liberal, naturalmente não

têm força limitada para Witte e muito menos para o czar e sua corte. Pergunta-se apenas o que é necessário para que esses motivos se desfaçam e cedam lugar à ideia de experimentar a imposição de uma ditadura militar como prelúdio de um pseudo constitucionalismo qualquer.

Em um futuro próximo essa ideia poderá perfeitamente ser posta em prática. Mesmo que somente a décima parte dos oficiais e das tropas permanecesse fiel ao governo — e no caso bem poderia chegar a nove décimos — por maior que fosse o número de insurretos, isso nada representaria⁴. O primeiro sangue que correu nas ruas de Moscou foi festejado com uma alta na Bolsa, e tudo o que aconteceu depois veio demonstrar o quanto isto fortaleceu a autoconfiança da reação e o quanto isto serviu para mudar a opinião de Witte. Forçosamente surgirá uma grande carestia econômica como consequência das terríveis devastações sofridas pela indústria. Aqui, como em todo lugar, depois das decepções trazidas pelas ilusões políticas, a carestia virá paralisar a disposição do proletariado para a luta. Por enquanto, os observadores estrangeiros devem ter como perfeitamente possível a subsistência de um regime que, na realidade, sustenta a posição do funcionalismo centralista — e é isto o que lhes importa. Também as forças sociais que sustentavam o regime agora já possuem uma organização bem mais robusta do que aparentam ex-

⁴ O curso da revolta que neste momento agita Moscou demonstra isso. Só uma guerra *européia* mal sucedida poderá levar à queda da autocracia.

ternamente. Mesmo levando em conta os bandos de assaltinos incendiários do funcionalismo policial que se vê ameaçado em sua sobrevivência, haveria maiores chances para o renascimento dessas forças sociais se o espírito mercantilista e sectário dos "socialistas profissionais" orientasse a confrontação de seus adeptos de maneira especial contra os partidos democratas burgueses que lhes fazem "concorrência", e desse livre curso à necessidade "humanamente" compreensível de xingar. (Aliás, aqui na Alemanha sabemos por experiência que esses xingatórios são impotentes em matéria de política e, sobretudo, que aniquilam toda educação para uma ação política viril.) Assim poderão ver o triunfo da reação dominando completamente ou ver largas camadas de proprietários passarem para o lado dos partidos moderados. Com isso terão adquirido o direito de refestelar-se por mais uma geração em palavras alissonantes e — como acontece também em nosso país — poderão embriagar-se com o pensamento de "como existem pessoas malvadas, não?"

A 20 de novembro o Partido da Lei e da Ordem ofereceu ajuda ao conde Witte para sabotar, caso ocorresse, a greve dos correios e telégrafos. Esses grupos eram constituídos em parte por homens moderados da Duma e dos *zemstvos*, parte por membros da burguesia propriamen-

te dita (banqueiros e grandes industriais) e ainda por homens como Krassowski que, no início do movimento dos congressos dos *zemstvos*, defendiam uma Constituição mais sustentavam que antes de mais nada deveria ser propugnada a liberdade individual e da imprensa — evidentemente, sem esclarecer qual seria, na prática, o valor dessas liberdades, se não houvesse Constituição. Todas essas categorias de pessoas têm dois pontos em comum: uma manífrica indiferença religiosa e a adesão ao manifesto de 17 de outubro, ao qual os funcionários ultraconservadores, esperando talvez frustrar os seus efeitos, responderam com as carnificinas perpetradas pelos Cem Negros.

Enfim, a única coisa realmente certa para todos eles é que todos querem a "calma" e apóiam tudo o que possa contribuir para garanti-la. É por isso que a Aliança da Lei e da Ordem de São Petersburgo apóia o direito dos judeus de participarem das eleições: para que "se acalmem". Depois de longos debates, os delegados eleitorais de São Petersburgo pronunciaram-se a favor da independência da Polónia, pelo mesmo motivo; em outras reuniões de eleitores daquela região, realizadas no regime do sistema eleitoral discriminatório, pronunciaram-se contra a exigência radical de separação entre Igreja e Estado, qualificando a permanência do ensino obrigatório da "lei de Deus" (carecismo) como indispensável para a preservação da ordem, etc. Enfim, deverão mostrar-se satisfeitos com tudo o que o czar se dignar conceder-lhes. É compreensível que, diante

da pressão das revoltas de camponeses e militares, das ameaças de greve geral e do golpismo que reina na social-democracia, o número dessas pessoas tenha crescido rapidamente. Está claro que o governo e sobretudo Witte esperavam que a anarquia agisse neste sentido e, como o próprio Witte se expressou, "a sociedade acabará exigindo que se restabeleça a ordem" — e, acrescentamos nós, que se abra caminho para pôr em vigor o lema *enrichisiez vusi!*

E assim aconteceu. Mas, naturalmente, esta evolução tinha de efetuar-se à custa da democracia constitucional dos *zemstvos*. Resignado, o príncipe Dolgorukov fazia notar que o tempo dos congressos dos *zemstvos* já havia passado. Realmente, a hora dos ideólogos da baixa nobreza havia passado — e a força dos interesses materiais voltava a exercer sua função normal. Essa evolução elimina o idealismo político da esquerda e, à direita, elimina a "eslavofilia" moderada que visava à ampliação da antiga auto-administração dos *zemstvos*. Nada disso Witte lamentaria. Mas essa sua tática de aguardar os acontecimentos, ou antes, o fato de não dispor de forças para fazer outra coisa, provavelmente teve o efeito de levar preocupações aos negócios alheios. Aos olhos da corte ele certamente não passa de um homem que tenta manter-se no posto e que no momento não pode ser dispensado por causa da impressão que causa no exterior, especialmente nas bolsas de valores, e por causa da sua inteligência, pois certamente nunca existiu dúvida alguma a respeito da posi-

ção assumida pelos elementos do governo que estão ligados à corte.

Conforme notícias que ninguém contesta, em determinadas regiões foi a própria polícia que tomou a iniciativa de organizar a guerra civil. Em alguns casos, tendo em vista o exterior, os mais altos funcionários administrativos dessas regiões sofreram advertências, mas ao mesmo tempo foram promovidos. No entanto, o conde Witte não fez nenhuma tentativa séria (e talvez nem mesmo pudesse ter feito) para romper a obstrução insolente do funcionalismo das províncias, cujos membros nem pensam em acreditar na durabilidade de um regime constitucional. Se os liberais julgaram que isto era falta de "sinceridade", a atitude deles é compreensível, mas não muito objetiva: "Um velhaco sempre oferece mais do que tem". O obstáculo verdadeiro encontra-se em um ponto mais alto. Diversas normas, que podemos acompanhar pelos jornais e que foram baixadas pelo Ministério do Interior, não podiam ter outro efeito senão o de irritar o povo e depois deixar, ostensivamente, que as rédeas se arrastassem no chão, até que o terror vermelho tivesse crescido o bastante para que a situação ficasse madura e se desencadeasse o terror branco. Não se deve pensar que essa política tenha sido um produto exclusivo da fraqueza e desorientação: desejava-se uma "revanche para 17 de outubro".

A longo prazo, essa política tinha de provocar (era justamente o que se desejava) o descrédito de todos os

movimentos de emancipação, especialmente do liberalismo burguês, constitucionalista e anti-centralista, cuja importância na opinião pública e posição nas autarquias há anos vinham sendo o objeto do ódio dos reacionários, assim como dos burocratas racionalistas do governo. Mas não resta dúvida de que o liberalismo teria esperanças ainda menores numa época em que a anarquia dominasse totalmente do que se a autocracia viesse a recuperar as forças. Aliás, a anarquia, dadas as atuais circunstâncias, seria a precursora de um recrudescimento do absolutismo.

Vê-se, portanto, que uma coisa é certa: a estupidéz herdada por todos os radicais, bem como por todos os políticos de orientação ideológica, parece consistir na capacidade de "perder oportunidades". Aqui vão dois exemplos. Wincke, em seu tempo, recusou-se a negociar em particular com os ministros da Nova Era na Prússia, a respeito dos projetos de lei militares que deviam ser introduzidos; e, em 1893, os liberais tomaram uma resolução com um atraso de menos de uma hora, e tomaram-na depois da dissolução do *Reichstag*. Em ambos os casos houve uma mudança de rumo desastrosa para a causa do liberalismo. Sentimo-nos inclinados a admitir, como algumas expressões de Witte sugerem diretamente que, partindo do ponto de vista da política partidária liberal, os liberais deveriam ser atingidos por uma censura semelhante. No outono, à primeira vista, eu também tive essa impressão. Mas, na medida em que se reflecte mais de perto sobre a situação,

tanto mais nos sentimos impulsionados a suspeitar que os políticos liberais sabiam avaliar com maior exactidão o que podiam esperar do que o conde Witte com suas observações. Nos dois exemplos acima citados tratava-se, sem dúvida, de negociações, das quais se pretendia que fossem "sinceras". Todavia, no presente caso, mesmo o "mais moderado" liberalismo constitucionalista dos *zemstvos* não teve a mínima oportunidade. Por isso mesmo é evidente que não estava em suas mãos a possibilidade de alterar o destino, da mesma forma como em 1877 também não estava nas mãos de Bennigsen, que naquela época recusou participar do ministério de Bismarck (e para isso tinha motivos bem mais fortes do que aqueles que nossos historiadores costumam citar). Assim como Luis XVI não queria em hipótese alguma ser "salvo" justamente por Lafayette, assim me parece também não existir nada mais certo do que os círculos da corte e o funcionalismo preferirem pactuar com o demónio do que com o liberalismo do *zemstvo*.

No aspecto subjeivo, as rivalidades políticas que surgem dentro de uma camada social ou entre camadas rivais muitas vezes são justamente as mais intensas. Da parte do governo, o maior passo dado ao encontro dos *zemstvos* foi o convite formulado por Witte ao distrito de Moscou, para que lhe fossem enviados representantes do partido dos *zemstvos*, a fim de manterem conversações. Essa reunião realizou-se em 27 de outubro deste ano [1905],

com a participação de Witte e dos representantes Golovin, príncipe Lvov e Kokoschkin. Na ocasião a divergência decisiva ficou sendo a seguinte. Witte queria que o direito de sufrágio universal, igualitário e secreto fosse posto em prática pela Duma imperial, a qual ainda deveria ser completada por representantes das classes operárias, e, para tanto, colocava seu empenho pessoal à disposição. Os representantes do partido dos *zemstvos*, no entanto, insistiam que a convocação de uma Duma constituinte, eleita pelo próprio sufrágio universal, seria o único meio para se garantir a tranquilidade. Mas, por detrás da divergência assim posta, mesmo abstraindo da velha desconfiança dos homens dos *zemstvos*, havia circunstâncias que tornavam manifestamente impossível qualquer acordo. Naquela época Trepov ainda detinha todos os seus poderes. E, mais tarde, Durnovo entrou em seu lugar e ali se fixou. Era um homem que recebia cartas abertas de pessoas influentes através dos jornais, nas quais era acusado de haver desviado quantias para a concessão de favores e eram relacionados detalhadamente os casos, indicando-se as “pequenas quantias”, de 1.200 a 1.500 rublos. (A respeito de Durnovo, aliás, também se contam muitos casos concretos que ainda não vieram a público, referidos com todos os pormenores por pessoas que se encontraram acima de qualquer suspeita. E ainda que ele não possa impugnar judicialmente esta acusação, que agora já está sendo levantada em reuniões públicas, assim mesmo ele acaba de ser condecora-

do e promovido. Esta é a força e simultaneamente a fraqueza do czarismo em relação aos “ideólogos”: ao contrário deles, o czarismo encontra — e tem que encontrar — um “uso” para essa espécie de *gentlemen*. Da maneira como é estruturado, o czarismo não poderá nunca dispensar a malícia despudorada desse tipo de vassalo e, por isso, o czar se vê obrigado a dar a mão a homens aos quais qualquer cidadão livre se recusaria a cumprir). Por fim, a exigência feita pela declaração explícita do manifesto de 17 de outubro, com sentido estritamente constitucional, ficava omitida.

A afirmação de Witte de que ele, pessoalmente, sente mais inclinado para o partido democrático e constitucionalista dos *zemstvos*, jamais encontrará crédito suficiente. Isso porque, em sua “dissertação confidencial” de 1899, punha em relevo a incompatibilidade existente entre os *zemstvos* e a autocracia, e assim destruía a possibilidade de se aplicar a legislação dos *zemstvos* ao resto do país. Antes de mais nada, a situação da Rússia “clama” por um autêntico “estadista” — embora as ambições dinásticas do “regimento pessoal” não permitam que um grande reformador possa sobreviver, mesmo se for possível encontrá-lo. Isso ocorre tanto lá como em qualquer outra parte: entre nós, na Alemanha, por exemplo.

Parece absolutamente certo que, por enquanto, nunca houve um momento em que o czar tivesse a intenção de manter um entendimento duradouro e sincero com es-

ses homens que ainda há seis meses eram tratados por eles com palavras que não denotavam nenhum resquício de parlamentarismo. Se levarmos essa "circunstância" em conta, simplesmente como um "dado de fato", então sem sombra de dúvida é verdade que a Rússia ainda "não está madura" para uma franca reforma constitucional — mas, nesse caso, a culpa não é dos liberais. E teremos de concluir também que, nessas condições e enquanto não houver outras "garantias" muito diferentes, a idéia de um "acordo" com o governo não poderia ter o mínimo sentido político para o liberalismo dos *zemstvos*. Seus representantes nada mais podiam fazer do que "manter a ficha limpa" depois que haviam cumprido sua missão no sentido e dentro dos limites em que isto era possível no momento.

Se não for certo, pelo menos é bem provável que, num futuro próximo, eles terão de se conformar com a eventualidade de que o movimento do liberalismo dos *zemstvos*, na sua forma atual, passe a "pertencer à história". (Esse movimento foi brilhante em seu gênero e a Rússia tem o mesmo motivo para orgulhar-se dele como nós, alemães, nos orgulhamos do Parlamento de Frankfurt em 1848). E, para o futuro, é de se supor que isto seja melhor do que um "ministério de marco". Só assim o liberalismo "ideológico" poderá continuar sendo uma força em seu terreno teórico, inacessível à violência externa; e somente assim será possível refazer a unidade rompida no decorrer dos últimos tempos, entre os "burgueses", cujo poder vem

de suas propriedades, sua formação geral e sua experiência política, e a *intelligentzia* "proletaróide", cuja importância vem do número de seus adeptos, de sua simbiose com as massas e de seu espírito de luta, que não conhece escrúpulos. Esta união será possível depois que essa *intelligentzia* "proletaróide", em consequência das desilusões que a esperam, deixar de subestimar o significado real que, afinal de contas, o elemento burguês tem, por mais que sintam por ele uma antipatia "natural". O desenvolvimento ulterior do capitalismo se encarregará da decomposição do "romantismo" populista. Na maioria dos casos o marxismo, sem dúvida, tomará o seu lugar. Com os recursos intelectuais do marxismo, contudo, não se pode arcar com o trabalho fundamental e imenso do problema agrário, e é justamente essa reforma que poderá unir novamente as duas camadas da *intelligentzia*. Ela só poderá livrar-se dos órgãos da autocracia (e já por isso a questão é de vida ou morte) se o liberalismo souber encontrar sua verdadeira missão, que é a de lutar contra o centralismo, tanto o burocrático como o jacobino, e de esforçar-se por penetrar as massas com o velho pensamento fundamental do individualismo, a tese dos "direitos humanos inalienáveis", os quais se tornaram tão comuns para nós, europeus ocidentais, como o pão para aqueles que têm comida farta.

Os axiomas individualistas de "direito natural" não estabeleceram bases inequívocas para um programa sócio-econômico, da mesma forma como os próprios "direitos

humanos" não fluem inequivocamente como consequência apenas de alteração das condições econômicas — e menos que tudo das condições econômicas "modernas". Pelo contrário, quanto mais a luta por esses valores individualistas levar em conta, a cada passo, as condições "materiais" do ambiente, menos poderá esperar que o "desenvolvimento econômico" os realize. Hoje em dia, as chances do "desenvolvimento" da "democracia" e do "individualismo" seriam péssimas se para tanto devessemos contar com a eficiência das "leis" do jogo de interesses materiais, pois esses interesses apontam exatamente o caminho oposto, da maneira mais clara possível. No *benevolent feudalism* norte-americano, nas assim chamadas "entidades beneficentes" da Alemanha e na legislação fabril da Rússia, em todos os lugares enfim, já está pronta a morada da nova servidão, e, para que ele seja definitivamente ocupado, aguarda-se apenas que o retardamento do ritmo de "progresso" técnico e econômico e o triunfo da "renda" sobre o "lucro", em conjunto com o desaparecimento de terras ainda "desocupadas" e de mercados ainda "inexplorados", tornem "dóceis" as massas do povo.

Simultaneamente, a complexidade crescente da economia, a estatização ou "municipalização" parcial, a grandeza territorial das nações, criam constantemente novas obras, novas especializações e categorias profissionais administrativas — mas isto implica formação de novas castas sociais. Os operários norte-americanos que se opunham à

Civil Service Reform sabiam o que estavam fazendo. Preferiam ser governados por "novos-ricos" de moral duvidosa que por mandarin diplomatas — mas o protesto é inútil.

Em vista disso, aqueles que vivem apavorados pela possibilidade de que no futuro haja um excesso de "democracia" e de "individualismo" no mundo, e venham a falar a "autoridade", a "nobreza", o "respeito pela hierarquia" e outras coisas do mesmo gênero, poderiam acalmar-se enfim. Já foram tomadas providências até demais para que as árvores do individualismo democrático não cresçam até o céu. De acordo com toda a experiência, a "história" deverá continuar partindo impiedosamente novas "aristocracias" e "autoridades", de maneira que as pessoas que se julgam indispensáveis para si ou para o "povo" sempre terão a que se apegar.

Se tudo dependesse unicamente dos condicionamentos "materiais" e dos interesses de grupo que deles direta ou indiretamente procedem, qualquer análise que viesse nos a fazer friamente nos levaria somente a esta conclusão: todos os barômetros da economia prevêem o aumento das restrições à liberdade.

É ridículo no mais alto grau imaginar de qualquer afinidade eletiva entre a "democracia" ou a "liberdade" (em qualquer sentido que essas palavras possam ter) e o alto capitalismo dos nossos dias — fase "inevitável" do nosso desenvolvimento econômico, o qual predomina nos Estados Unidos e agora está sendo importada pela Rússia. A

única pergunta razoável que se pode fazer é esta: como é “possível” a persistência da democracia e da liberdade sob o domínio do alto capitalismo? Na realidade, esses ideais só subsistem lá onde a vontade resolva de uma nação se opõe constantemente a deixar-se conduzir como um rebanho de ovelhas. “Contra a correnteza” das constelações materiais, nós somos “individualistas” e partidários de instituições “democráticas”. Quem quiser servir de biruta para indicar as tendências da evolução política deve abandonar o quanto antes esses ideais antiquados.

A gênese histórica da “liberdade moderna” contava com pressupostos peculiaríssimos que jamais se repetirão. Vamos enumerar os mais importantes dentre eles. Primeiramente, a expansão ultramarina, esse vento da liberdade que soprava do outro lado do mar e invadiu os exércitos de Cromwell, a Constituinte francesa, e ainda hoje invade toda nossa vida econômica. Mas, não existem novos continentes à disposição. O centro de gravidade da população de cultura ocidental avança inconstitidamente, como outrora a cultura greco-romana, para os grandes territórios internos do continente norte-americano de um lado, e da Rússia, de outro, extensões planas e monótonas, favoráveis ao esquematismo. Em segundo lugar, o caráter peculiar da estrutura social e econômica da época da “aurora do capitalismo”⁵ na Europa Ocidental. Em terceiro lugar,

⁵ Weber emprega o termo *Frühkapitalismus*, introduzido por Werner Sombart na sua obra sobre o “capitalismo moderno”, junto com *Hochkapitalismus* para a fase do “alto capitalismo”. Esses termos têm tradução precisa em inglês — *early*

a conquista da vida pela ciência, o “retorno do espírito a si mesmo”. (Entretanto, a configuração racional do aspecto externo da vida, é certo que após destruir inúmeros valores, realizou indubitavelmente a sua obra, ao menos “em princípio”. A configuração racional do estilo de vida exterior, como consequência da “padronização” da produção nas atuais condições da vida “econômica”, é seu efeito universal — e a “ciência”, considerada como tal, já não produz qualquer “universalização da personalidade”). Por último, certas concepções ideais de valor, nascidas do caráter histórico peculiar e concreto de um determinado universo de pensamento religioso que, atuando em conjunto com numerosas “constelações” políticas também inteiramente peculiares e com aqueles condicionamentos de ordem material dos quais já falamos, moldaram a peculiaridade “ética” e os “valores culturais” do homem moderno.

Acaso algum desenvolvimento material, ou mesmo o do alto capitalismo contemporâneo como tal, poderia conservar, para não falar em recriar, essas condições históricas singulares? Basta fazer a pergunta para saber a resposta. E nem mesmo uma sombra de probabilidade permite dizer que a “socialização” econômica como tal necessariamente abrigue em seu seio o desenvolvimento de personalidades dotadas de verdadeira “liberdade” interior ou então de ideais “altruístas”. Acaso podemos encontrar

capitalism e *high capitalism* —, mas não em português. Comenta Weber, em nota, que adota terminologia alheia porque se recusa a aderir à prática de “tratar conceito de outro como se fosse sua escova de dentes”. [Nota do editor]

algum germe de coisa do género entre aqueles que, em sua própria opinião, são inevitavelmente conduzidos à vitória pelo "desenvolvimento material"?

Entre as massas, é a "correta" social-democracia que dirige o adestramento do povo para o desfile na passarela da mentalidade padronizada. Ao invés de indicar o paraíso "do além" (o qual, no puritanismo, também tinha como apresentar respeitáveis realizações a serviço da "liberdade" terrena), mostra ao povo o paraíso "da terra" e transformado numa espécie de vacina para proteger os interessados na ordem vigente. Procura ela habituar seus discípulos à docilidade frente a dogmas e autoridades do partido; procura acostumá-los com o espetáculo de grandes greves fracassadas e com o gozo passivo daquela espécie de alarido raivoso e enervante dos seus propagandistas fanáticos, que aos olhos dos adversários é inofensivo a ponto de tornar-se ridículo; enfim, procura acostumá-los a um "gozo histérico" de paixões violentas, que acaba substituindo e eliminando a objetividade do pensamento e a ação política e económica. Quando tiver passado a época "escatológica" deste movimento, e depois que gerações e mais gerações tiverem cerrado inutilmente os punhos dentro dos bolsos ou tiverem arreganhado os dentes para o céu, já não poderá nascer mais nada nesse chão estéril a não ser o emborramento intelectual.

Entretanto, o tempo reclama "agir enquanto é dia". Aquilo que agora, no decorrer das próximas gerações, en-

quanto permanecerem inteiras a "revolução" intelectual e económica, a tão mal vista "anarquia" da produção e o igualmente ultrajado "subjetivismo", aquilo que não puder ser obtido como esfera "inalienável" da personalidade e da liberdade para o indivíduo das grandes massas que se torna auto-sustentado graças ao seu e somente seu interesse médio, talvez — chegando o mundo a estar economicamente "pleno" e intelectualmente "saciado" — jamais seja conquistado, pelo menos na medida em que nossos fracos olhos conseguem penetrar a densa névoa do futuro da história da humanidade.

Por mais violentos que sejam os contragolpes sofridos, a Rússia entrou definitivamente pelo caminho do desenvolvimento especificamente europeu. A poderosa imigração das idéias do oeste vem dissolver o conservadorismo patriarcal e comunista da Rússia, da mesma forma como a imigração de europeus, e especialmente de europeus orientais aos Estados Unidos tem o efeito exatamente contrário, qual seja, o de minar suas tradições democráticas. Em ambos os casos, esses fenômenos vêm em união com as forças do capitalismo. Apesar das enormes diferenças, em certo sentido pode-se dizer que existe um ponto de comparação no carácter económico do desenvolvimento capitalista desses dois grandes núcleos populacionais "comunicantes". O fato de haver um hiato entre a atualidade e o passado histórico é inevitável em ambos os países e age em conjunto com o aspecto

"continental" do cenário geográfico quase que ilimitado onde tais fatos se desenrolam. Mas, o mais importante nessas duas evoluções é que muita coisa depende tanto de uma como de outra. Em certo sentido, estas são as "últimas" oportunidades para construir culturas "livres", começando pelos "alicerces".

"Milênios decorreram até que chegassem a viver, e outros tantos milênios estão silenciosos na expectativa para ver o que farás com tua vida!" Carlyle, com sua fé apaixonada na personalidade humana, queria dizer essa frase a todo novo homem que surgisse sobre a terra. Quanto a nós podemos aplicá-la, sem cometer exageros, tanto para a situação atual dos Estados Unidos, como para a Rússia, em parte para a situação atual e em parte para a situação que presumivelmente surgirá na próxima geração. Por isso, abstraindo de todas as peculiaridades nacionais — não vamos tentar esconder, acima até de muitos interesses nacionais — nós não podemos deixar de olhar com profunda participação e comoção interior para a luta de emancipação que se desenrola na Rússia, bem como para os mentores dessa luta, seja qual for a "orientação" ou a "classe" que eles representam.

A própria introdução do pseudoinstitucionalismo que está na iminência de surgir fará com que o trabalho desses homens não fique sem efeito. Entretanto, considerando o lado negativo do problema, a concepção dos "teóricos do desenvolvimento" estará certa: se a autocracia

russa que imperou até o presente, ou seja, a burocracia policial centralista, conseguir vencer seus odiados inimigos, não terá depois outra opção a não ser a de cavar sua própria sepultura. Para ela não existe um despotismo "racionalista" que possa atender aos interesses de sua subsistência. No entanto, por necessidade de manter o indispensável prestígio, a autocracia tem de confraternizar com aquelas potências econômicas que, nas circunstâncias atuais russas, representam um fator irresistível de "racionalismo" e decomposição. Nesse ponto, tanto Struve como muitos outros têm evidentemente razão: a autocracia não tem condições de tentar solucionar qualquer um dos grandes problemas sociais sem com isso ferir mortalmente a si própria.

Quando estas linhas estiverem impressas, certamente já estarão superadas. Hoje em dia, ninguém sabe se resta algo das esperanças dos liberais de que fossem lançadas agora as bases para uma reforma libertadora, que rompesse o centralismo burocrático, e ninguém sabe quantas dessas esperanças se terão desvanecido em nada, como se fossem um fogo fátuo. Essa reforma não precisaria de manobra alguma acontecer justamente sob a forma de uma restauração franca e aberta. Antes, pode-se ter como certo que será criado algo assim como uma Constituição e que será mantido um grau maior de liberdade de imprensa e de movimentação pessoal. É de crer que mesmo os partidários mais decididos do antigo regime tenham chegado a

convencer-se de que, se afertolhar todas as portas e janelas, a burocracia acabará forçada a tatear no escuro. E, baseados nas experiências feitas em outros lugares, eles poderiam alimentar a esperança de que o "pseudocostitucionalismo", unido a uma política aglutinadora qualquer, fundamentada em uma boa orientação econômica, seria um instrumento mais apto para se manter a posição no poder do que o tosco "sistema autocrático". A consequência inevitável seria certo grau de aumento na liberdade de movimentos. Depois de um regime arbitrário que chegou a fazer com que os membros de algumas camadas da população, conhecidas por seu proverbial pacifismo, saíssem às ruas com um furor selvagem — para fuzilar não alguns dos "grandes", mas algum pobre policial que acabava pagando por eles —, essa liberdade afinal de contas já representava alguma coisa para os homens mais modernos. Mas os elementos independentes, os homens de caráter da *intelligentsia* burguesa que se empenham pelas reformas sociais, seriam aliados da política, tanto no que diz respeito ao programa que defendem quanto no que se refere às suas próprias pessoas.

Neste aspecto, a burocracia do regime autocrático viria colher também agora os frutos da política demagógica que praticou durante muitos anos, incrementando o capitalismo por um lado e, pelo outro, impedindo qualquer desenvolvimento ordenado em prol da independência dos cidadãos, jogando as classes sociais umas contra as outras.

Hoje em dia seria muito difícil uma reforma constitucionalista e anticonstitucionalista, com participação da *intelligentsia* liberal, calculada para um espaço de tempo qualquer e feita para apaziguar uma classe qualquer de pessoas, mesmo que o czar sentisse inclinação e vocação para apresentar-se como reformador liberal. Além disso, é totalmente improvável que justamente aquele grupo, que é o mais odiado pela burocracia, venha a receber o poder nas mãos. Para os observadores externos, dadas as atuais circunstâncias, o triunfo dos interesses da burocracia, em termos de poder político, deve parecer não só possível mas até muito provável, por enquanto ainda sob formas constitucionais. Caso isto venha a acontecer, não será de forma alguma a última palavra a ser pronunciada na Rússia, como tampouco o foi a "câmara dos prefeitos" prussiana. Mesmo que as eleições tenham por resultado que a "representação do povo" seja um pouco mais benevolente, isto não significa nada. Cada um dos camponeses do vasto império sorverá destes faros um novo ódio contra as autoridades oficiais, ainda que um silêncio sepulcral se estenda sobre o país.

Aconteça o que acontecer, será difícil esquecer os acontecimentos, as promessas e as esperanças alimentadas pelo ano que passou. Qualquer momento de hesitação desse mecanismo estatal que dança na corda bamba fará com que o movimento reviva. O assustador pauperismo do "espírito" que esse regime supostamente forte exhibia

certamente ficará gravado profundamente na lembrança das camadas mais amplas da população, apesar da aparente sofisticação da sua técnica de governo.

Entretanto, o sistema atual, levando em consideração os interesses de sua própria segurança, em princípio não poderá modificar seu método administrativo. De acordo com suas tradições políticas, terá de permitir que continuem atuando também aquelas forças políticas através das quais ele destrói a si próprio e impulsiona constantemente os proprietários, seus aliados no campo econômico, para o lado de seus adversários: a burocratização administrativa e a demagogia policial. Mas as ilusões e a aura que o envolviam e que disfarçavam esse andamento das coisas estão completamente destruídos. Depois de tudo o que se passou entre o czar e seus vassallos, o sistema atual terá muita dificuldade para preservar seu prestígio e recomendar pela base o velho jogo com o velho método.